

Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

PROCESSO Nº 12056/2005/001/2005

AUTUADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO

REFERÊNCIA: Recurso à CNR/COPAM

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

A Prefeitura em epígrafe foi autuada por cometer uma infração tipificada no art. 19, §1º, item 2 e no §3º, item 6 ambos do Decreto 39.424/1998, alterado pelo Decreto 43.127/2002, ou seja, por *“deixar de atender a deliberação Normativa COPAM nº 52/2001, ao não adotar no depósito de lixo as medidas minimizadoras dos impactos ambientais determinados pelo art. 2º da referida Deliberação”* e por *“causar poluição ou degradação ambiental pelo lançamento dos resíduos sólidos urbanos em depósito a céu aberto - lixão”*.

Em razão da autuação foi aplicada as penalidades de multas no valor de R\$251,00 e R\$10.001,00, sendo que foi apresentado e indeferido o Pedido de Reconsideração. Pelo descumprimento do TAC firmado foi aplicada a multa diária perfazendo o valor de R\$9.000,00.

A recorrente firmou TAC com possibilidade de conversão do valor da multa aplicada, que não foi cumprido pelo recorrente, conforme Parecer Técnico GESAN Nº 76/2009.

Inconformada com a decisão de manutenção das multas, o Município protocolou seu recurso, tempestivamente, onde em síntese alega:

- que o TAC firmado jamais poderia ter sido assinado por pessoa diversa do Prefeito;
- o TAC não possui validade no mundo jurídico;
- requer a nulidade das multas aplicadas.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico, os argumentos apresentados no Recurso não são capazes de descaracterizar a infração cometida e, conseqüentemente, tornar sem efeito as decisões da FEAM e da Câmara de Atividade de Infra-Estrutura do COPAM que culminaram na aplicação de multas, posteriormente, analisada e

mantida a penalidade de multa pela Unidade Regional Colegiada do Jequitinhonha.

Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada, haja vista que a área técnica da FEAM constatou, *in loco*, na vistoria do dia 09/12/2004, o descumprimento das normas ambientais, em especial o artigo 2º da Deliberação Normativa nº 52/01.

Consta dos autos o Parecer Técnico GESAN nº 76/2009 que confirma o descumprimento das normas ambientais e do descumprimento do TAC firmado pelo Município.

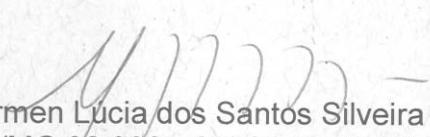
Com relação a alegação do Município de que pessoa diversa do Prefeito assinou o termo, consta dos autos procuração expedida pelo Cartório do 2º Ofício de Notas da Comarca e Município de Jacinto nomeando como procurador Silvio Martins de Oliveira Secretário do meio Ambiente com poderes de firmar o TAC junto a FEAM/COPAM, não cabendo discussão sobre o tema.

Constam dos autos a notificação do descumprimento do termo e a incidência da multa diária aplicada ao Município.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar as decisões anteriores, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**, com a conseqüente manutenção das multas aplicadas, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer. s,m,j.


Carmen Lucia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043754-9